

# OBJETO DELIBERAÇÃO



Às Comissões e \_\_\_\_\_

SALA SESSÕES \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE BARIRI

Bariri, 11 de janeiro de 2024.

PRESIDENTE

## MENSAGEM

Nº 03/2024

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 03/2024 para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

Dispõe o referido Projeto de Lei em alterar dispositivos da Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social. Tal alteração foi solicitada pelo Conselho Municipal de Assistência Social a fim de que a referida Lei esteja condizente com a Lei Municipal nº 4.713/2016, que dispõe sobre o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Contando com a aprovação da matéria, invoco o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,



**LUIS FERNANDO FOLONI**

Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor  
**AIRTON LUIS PEGORARO**  
Presidente da Câmara Municipal de Bariri  
BARIRI - SP

Câmara Municipal de  
Bariri/SP

17 JAN 2024

PROTOCOLO

Nº 21



## DISCUSSÃO / VOTAÇÃO

APROVADO ☐ REJEITADO ☐  
UNANIMIDADE ☐ MAIORIA ☐  
FAVORÁVEL ☐ CONTRA ☐  
SALA DAS SESSÕES \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## MUNICÍPIO DE BARIRI

### = PROJETO DE LEI Nº 03/2024 =

de 11 de janeiro de 2024.

PRESIDENTE

*Altera a Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.*

**Art. 1º** O Art. 2º da Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

*I - Elaborar e aprovar seu regimento interno.*

*II - Aprovar a Política Municipal de Assistência Social em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.*

*III - Aprovar planos objetivando a celebração de convênios entre o município e as entidades e organizações de Assistência Social.*

*IV - Definir os programas de assistência social, obedecidos os objetivos e princípios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.*

*V - Fixar normas e inscrever as entidades e organizações de assistência social para fins de funcionamento e registro no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mantendo atualizado o cadastro destas entidades.*

*VI - Fiscalizar as entidades e organizações de assistência social na forma prevista em lei ou regulamento.*

*VII - Estabelecer critérios para destinação dos recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais previstos em Lei Municipal.*

*VIII - Estabelecer diretrizes, orientar, controlar a administração e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, aprovando seu regulamento, bem como seus programas anuais e plurianuais.*

*IX - Convocar ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá atribuição de avaliar a situação de assistência social no Município e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.*

*X - Apreçar e aprovar a proposta orçamentária de assistência social municipal a ser encaminhada pelo Setor a que ficar vinculado.*

*XI - Acompanhar e avaliar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.*

*XII - Divulgar na Imprensa local todas as decisões do CMAS.*

*XIII - Regular a concessão e o valor dos benefícios eventuais de acordo com os critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, bem como definir sua forma de pagamento."*

**Art. 2º** O Art. 3º da Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:





## MUNICÍPIO DE BARIRI

**"Art. 3º** O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto de 08 (oito) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito, de acordo com os seguintes critérios:

*I - do Poder Público:*

- a) 02 (dois) representantes da Diretoria Municipal de Assistência Social;
- b) 01 (um) representante da Diretoria Municipal de Educação e Cultura;
- c) 01 (um) representante da Diretoria Municipal de Saúde.

*II - da Sociedade Civil:*

- a) 01 (um) representante dos usuários ou de organização de usuários da Assistência Social;
- b) 02 (dois) representantes de entidades e organizações de Assistência Social;
- c) 01 (um) representante de trabalhadores do setor.

**§ 1º** Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS exercerão mandato por 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, vedada a remuneração.

**§ 2º** O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito entre os seus membros para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

**Art. 3º** O Art. 4º da Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

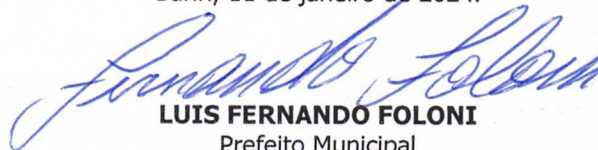
**"Art. 4º** O credenciamento de entidades e organizações da sociedade civil do Município é de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando os critérios e documentação exigida pelo Conselho Nacional de Assistência Social."

**Art. 4º** O Art. 10. da Lei Municipal nº 2.748, de 06 de fevereiro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 10.** A convocação e a realização da primeira eleição dos Conselheiros representantes de sociedade civil compete ao Gabinete Executivo, observado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias da Publicação desta Lei, sob a orientação do Ministério Público, que encaminhará os nomes dos eleitos e dos indicados pela área governamental, ao Chefe do Poder Executivo, para sua nomeação e posse, no prazo de 05 (cinco) dias."

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 3.440, de 19 de novembro de 2004.

Bariri, 11 de janeiro de 2024.

  
**LUIS FERNANDO FOLONI**  
Prefeito Municipal



# Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Lei Municipal nº 2748/1996 – Bariri SP

Bariri, 12 de dezembro de 2023..

**Ofício Nº 15/2023**

**Exmo. Sr. Luis Fernando Foloni**

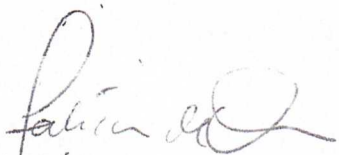
**Prefeito Municipal**

**Referente: Solicitação de Alteração da Lei Municipal 2.748/1996**

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, vem por meio deste solicitar alteração da Lei Municipal 2.748/1996, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências (anexo).

A alteração se faz necessária para condizer com as alterações realizadas na Lei Municipal 4.713/2016, que dispõe sobre o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) do Município Bariri, e dá outras providências.

Atenciosamente,

  
FABRÍCIA DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE CMAS - BIÊNIO 2023-2024

